

## “CALCANHAR DE AQUILES”: A ACESSIBILIDADE COMO DESAFIO PARA AS POLÍTICAS PÚBLICAS CULTURAIS POR MEIO DA ARTE

Lilian Pereira Menenguci<sup>1</sup>

**Resumo:** A acessibilidade como elemento para a inclusão das pessoas com deficiências, altas habilidades/superdotados, com transtornos globais e mentais, se constitui desafio para as políticas públicas culturais. Este trabalho discute a possibilidade de efetivação de práticas culturais inclusivas a partir de diálogos interdisciplinares entre a educação, a cultura e a saúde. Resulta na I Mostra de Cultura e Diversidade com 180 participantes. Utiliza a arte como mote propulsor de políticas e poéticas da diferença. Trata-se de um recorte da pesquisa “[...] *do Caos ao Thémata: por epistemologias e práticas na diversidade*”, em desenvolvimento no curso de Doutorado em Educação (PPGE/UFES). Compreende a inclusão como garantia de direitos. Conclui: as ações construídas sob a noção de rede fortalecem as políticas públicas voltadas para a acessibilidade e inclusão.

**Palavras-chave:** acessibilidade, políticas públicas, inclusão, cultura, arte.

### Inclusão e acessibilidade cultural: desafio para as políticas públicas

*“Se você não conhece a resposta, discuta a pergunta”.*  
(CLIFFORD GEERTZ)

Atualmente, uma das questões que desafiam as políticas públicas, de modo geral, e as políticas públicas culturais, de modo específico, diz respeito à inclusão. Este texto, resultante do recorte da pesquisa em andamento no curso de Doutorado em Educação, linha de pesquisa “Diversidade e Práticas Educacionais Inclusivas”, no Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal do Espírito Santo, tem como objetivo refletir sobre a acessibilidade como elemento imprescindível para a inclusão das pessoas com deficiências, altas habilidades/superdotados, com transtornos

---

<sup>1</sup> Doutoranda em Educação (UFES), Mestre em Educação (UFES), Especialista em Educação (UFES) e Licenciada em Pedagogia (FACIAS-ES). Professora do Curso de Pedagogia (FABAVI/DOCTUM). Atriz e Coordenadora de Promoção Cultural da Secretaria de Cultura de Vitória (ES). E-mail: lilianmenenguci@hotmail.com



globais e transtornos mentais nos diferentes espaços artísticos e culturais da cidade, por meio da arte.

De acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 2000, há no Brasil 25 milhões de pessoas com deficiências. O Instituto revela que de cada 100 brasileiros, cerca de 14 apresentam alguma deficiência, física ou sensorial.

Segundo o Censo de 2000, (IBGE), em Vitória (ES), 48.974 moradores apresentam algum tipo de deficiência, o que representa 17% da população da capital capixaba. De que modo esses sujeitos praticam os espaços e participam dos programas, projetos e ações artísticas e culturais presentes na cidade?

Em busca de resposta à interrogativa se deu a pesquisa-ação de complexidade sistêmica intitulada “[...] *do Caos ao Thémata: por epistemologias e práticas na diversidade*”<sup>2</sup>. O trabalho buscou um diálogo interdisciplinar entre as áreas da educação, da cultura e da saúde objetivando compreender as políticas públicas dessas áreas voltadas para esse público. Além disso, pretendeu ações articuladas intersetorialmente para a efetivação de práticas e políticas inclusivas. O grupo era formado por diferentes profissionais: professores, professoras, pedagogas, atrizes, atores, bailarinos, bailarinas, fisioterapeutas, psicólogas, psicólogos, assistentes sociais, estagiários de psicologia e intérpretes de LIBRAS. Esse grupo, reunido semanalmente, tinha como meta instituir momentos de reflexão para movimentos e ações de intersetorialidade em resposta ao desafio da acessibilidade, condição para a inclusão.

A Escola de Teatro, Dança e Música FAFI<sup>3</sup> foi o cenário a partir do qual a pesquisa se deu. A diversidade, princípio e elemento da cultura, se fez o vértice a partir do qual seriam observados os papéis que a política pública assume em relação aos *diferentes*.

Para entrelaçar as áreas da educação, cultura e saúde, a arte se revelou o fio condutor. Reconhecer que a arte se tornou um exercício de violação das regras da própria arte, não é suficiente: há normas de outro campo que ela viola. Esta noção de uma inadequação entre cultura e arte é mesmo um paradoxo. Adequado que assim seja, o paradoxo é próprio da contemporaneidade.

---

<sup>2</sup> Pesquisa em andamento no curso de Doutorado em Educação, no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), na linha de pesquisa: “Diversidade e práticas educacionais inclusivas”, sob orientação da Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Denise Meyrelles de Jesus.

<sup>3</sup> A Escola de Teatro, Dança e Música FAFI, criada em 1992, é a única escola pública municipal de Arte do Espírito Santo.

A arte é vizinha da cultura, mas as aproximações entre uma e outra acabam na zona movediça que de algum modo delimita os territórios de uma outra [...] mas, localizar as diferenças quando se está acostumado e acomodado na ideia de que a tônica é sempre dada pelas identidades, pelas igualdades, pela condição de tudo ser igual a tudo, é tarefa árdua (COELHO, 2008,p.117).

Numa breve retrospectiva podemos encontrar na História da Arte, e na área cultural, artistas como Alícia Alonso, Antonio Francisco Lisboa, Frida Kahlo, Helen Keller, Ludwing Van Beethoven, Marques de Sade, Vincent Van Gogh, e outros tantos sujeitos, que têm em suas biografias características que os identificam como *diferentes*. Entretanto, fizeram da Arte suas singulares assinaturas.

Na obra “*O livro dos abraços*”, (2009), Eduardo Galeano destaca a função da arte:

Diego não conhecia o mar. O pai, Santiago Kovadloff, levou-o para que descobrisse o mar. Viajaram para o Sul. Ele, o mar, estava do outro lado das dunas altas, esperando. Quando o menino e o pai enfim alcançaram aquelas alturas de areia, depois de muito caminhar, o mar estava na frente de seus olhos. E foi tanta a imensidão do mar, e tanto o seu fulgor, que o menino ficou mudo de beleza. E quando finalmente conseguiu falar, tremendo, gaguejando, pediu ao pai: - Me ajuda a olhar! (GALEANO, 2009, p.15).

Para ajudar a olhar, desenvolver o sentimento de *pertencença* é necessário compreender qual tem sido o lugar da diferença e da diversidade. “É preciso enxergar com um novo olhar e não com o olhar já constituído” (MORIN, 2004, p.67). Assim é a processualidade que se manifesta como potencializadora das ações articuladas e do fortalecimento das redes inclusivas, é nesse espaço que a cultura se inscreve. Isso é o que interessa: a cultura como processo e não como objeto.

Nesse entrelaçamento a contribuição dos estudos culturais, como base dialógica, se acentua. Eles disseminaram-se nas artes, nas humanidades, nas ciências sociais, nas ciências naturais e na tecnologia. Atualmente se assiste a um crescente interesse pelas questões culturais, tanto nas esferas acadêmicas, quanto nas esferas políticas ou mesmo na vida cotidiana. Em qualquer caso, “parece crescer a centralidade da cultura para pensar o mundo” (VEIGA NETO, 2003, p.05).

Em “*O que é, afinal, estudos culturais*”, (2006), organizado por Johnson, Escosteguy e Schulman, com tradução de Tomaz Tadeu da Silva, é possível compreender a fertilidade dos Estudos Culturais para pensar as questões da sociedade. Neste aspecto, “[...] parece-me que os Estudos Culturais também estão preocupados com sociedades inteiras (ou formações mais amplas) e como elas se movimentam” (JOHNSON, 2006, p.28). Os Estudos Culturais, como campo interdisciplinar, colaboram para refletir sobre a acessibilidade cultural tendo em vista a inclusão de

peessoas com deficiências, altas habilidades/superdotados, com transtornos globais e mentais.

O que este trabalho defende não é a máxima dos imperadores romanos: “*ao povo, pão e circo*”. O que se pretende é legitimar espaços de acesso e permanência para aqueles que historicamente foram alijados do contexto social e cultural.

A necessidade de investimentos em estudos, pesquisas e produções dessa natureza é evidente. No ENECULT – Encontro Nacional de Estudos Multidisciplinares em Cultura, nas edições de 2008 e 2009, realizadas na Universidade Federal da Bahia (UFBA), embora os eixos temáticos contemplassem diretamente a questão da diversidade, não foram encontrados trabalhos, nas sessões de comunicação oral ou pôster, que propusessem as interfaces com diversas áreas tendo como pano de fundo a diferença.

A ANPED – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, 2009, apresentou pela primeira vez o Grupo de Trabalho “Educação e Arte”. Nessa edição, que corresponde à 32ª reunião da Associação, dezesseis trabalhos na modalidade comunicação oral, constaram na programação do grupo. Entretanto, nenhum deles dialogou com a perspectiva inclusiva. Na edição subsequente, ano de 2010, quatorze comunicações orais compuseram o quadro de trabalhos completos na temática “educação e arte”. Em nenhuma das produções o princípio inclusivo se apresentou.

Nas mais diferentes regiões do país são encontrados programas, projetos e ações que têm a arte como elemento dinamizador e propulsor de ações, diretrizes e políticas na perspectiva inclusiva.

A “*Associação dos Pintores com a Boca e os Pés*”, em São Paulo, fundada em 1956 por Erich Stegmann, é uma associação cujos membros aprenderam a desenhar e pintar sustentando o pincel com a boca ou com os dedos dos pés. A principal meta é incentivar pessoas com deficiências, proporcionando-lhes bolsa de estudos até o aperfeiçoamento na pintura.

No ano de 2001 é fundada a “*Confederação Brasileira de Dança em Cadeira de Rodas*”, na Faculdade de Educação Física da UNICAMP (SP). Entidade Civil não governamental, de caráter esportivo, artístico e educacional, sem fins lucrativos, responsável pela administração, direção, difusão, promoção e incentivo da modalidade de dança em cadeira de rodas, praticada por dançarinos com ou sem deficiência física no Brasil.

Na cidade do Rio de Janeiro, o “*Teatro Brasileiro de Surdos*” (TBS), é um grupo de jovens atores e bailarinos surdos, ex-alunos e amigos do Centro Educacional Pilar Velazquez, escola voltada para a educação de crianças e adolescentes surdos.

A “*Audiodescrição*” é uma tecnologia presente nos Estados Unidos e Europa desde a década de 80. A audiodescrição é um recurso de acessibilidade que amplia o entendimento das pessoas cegas em eventos culturais, sociais e pedagógicos, por meio de locução extra inserida ao som original do produto audiovisual, espetáculos e outros eventos. Recurso raro no circuito dos cinemas e teatros brasileiros. O Teatro Vivo, em São Paulo, é o primeiro teatro a lançar esse tipo de serviço e oferece, desde 2007, a audiodescrição por fones.

A FUNARTE – Fundação Nacional das Artes lançou, em 2006, o Edital do Projeto “*Além dos Limites*” do Programa “*Artes sem Barreiras*” do Ministério da Cultura. Como programa de fomento, o objetivo foi contribuir para o desenvolvimento das atividades artísticas voltadas para a inclusão de artistas com deficiência através da montagem de espetáculo ou realização de exposição de artes visuais. Os projetos concorriam em quatro módulos: teatro; dança; música e artes visuais, voltados para artistas, grupos e companhias cujas ações se relacionassem com projetos de pesquisa de criação artística com artistas com deficiências.

Outro importante registro, resultante da política da diversidade cultural praticada com base nos objetivos e princípios da *Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais*, aprovada pela Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura – UNESCO, no ano de 2005, diz respeito às atividades desenvolvidas na Oficina *Loucos pela Diversidade – da Diversidade da Loucura à Identidade da Cultura*, realizada com a finalidade de indicar políticas públicas culturais para pessoas com sofrimento mental e em situação de risco social. O trabalho foi realizado na cidade do Rio de Janeiro, em 2007, pelo Ministério da Cultura, por meio da Secretaria da Identidade e da Diversidade Cultural e pelo Ministério da Saúde, por intermédio da Fundação Oswaldo Cruz, tendo Paulo Amarante e Ricardo Lima como seus coordenadores.

No ano de 2008, no Rio de Janeiro, como resultado do intercâmbio entre governo e sociedade civil, surgiram encaminhamentos e propostas de diretrizes que buscaram nortear as políticas públicas de inclusão cultural dos diversos grupos historicamente excluídos. A *Oficina Nacional de Indicação de Políticas Públicas Culturais para Inclusão de Pessoas com Deficiência*, destinada a artistas, gestores

públicos, pesquisadores e agentes culturais da sociedade civil representativos do campo da produção cultural das pessoas com deficiência objetivou contribuir para a acessibilidade das pessoas com deficiências. Deste movimento surge a publicação *Nada sobre nós, sem nós – Relatório final da Oficina Nacional de Indicação de Políticas Públicas Culturais para Inclusão de Pessoas com Deficiência*.

De certo que existem outras tantas iniciativas como essas em toda a extensão do Estado Brasileiro e mesmo em outros países da América Latina e do mundo. Contudo, o interesse deste trabalho foi refletir sobre de que modo seriam possíveis iniciativas semelhantes a essas na cena capixaba.

### **O Calcanhar de Aquiles: do mito grego ao desafio cotidiano da acessibilidade**

Numa das versões da mitologia grega, Aquiles era filho de Tétis e de Peleu. Zeus e Posídon haviam sido rivais pela mão de Tétis até que Prometeu, responsável por trazer o fogo aos humanos, alertou Zeus a respeito de uma profecia que dizia que Tétis daria luz a um filho ainda maior que seu pai. Por este motivo, os dois deuses desistiram de cortejá-la e fizeram-na se casar com Peleu e assim se deu. Quando Aquiles nasceu, Tétis teria tentado fazê-lo imortal, mergulhando-o no rio Estige, entretanto, deixou-o vulnerável na parte do corpo pelo qual ela o segurava, seu calcanhar.

Aquiles, considerado o mais belo dos heróis da Grécia, foi um dos importantes participantes da Guerra de Tróia, o protagonista e maior guerreiro da *Ilíada* de Homero. A partir do poema de Estácio, no século I d.C, Aquiles, invulnerável em todo o seu corpo, tinha o calcanhar como ponto de fragilidade. Segundo esta versão, sua morte teria sido causada por uma flexa envenenada que o teria atingido no calcanhar.

A expressão “*calcanhar de Aquiles*” passa a ser sinônimo de vulnerabilidade, seja de uma pessoa ou de uma instituição. Nesta analogia a acessibilidade das pessoas com deficiências, altas habilidades/superdotados, com transtornos globais e transtornos mentais, no contexto da cultura, dentro de uma perspectiva inclusiva, é assumida como uma das mais significativas fragilidades.

### **Conceituando a acessibilidade**

Do ponto de vista da legalidade, o Brasil é um país rico em legislação sobre os direitos das pessoas com deficiências. A promoção da acessibilidade está assegurada como princípio fundante na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiências, ratificada pelo Estado Brasileiro com status de Emenda Constitucional.

A legislação brasileira, que trata da acessibilidade, determina que todas as ações e edificações de uso público devem obedecer aos critérios estabelecidos pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), garantindo dessa forma o desenho universal e o acesso a todas as pessoas de forma igualitária (acessibilidade arquitetônicas, de informação e comunicação). De que modo se comportam nossos teatros, cinemas, museus, bibliotecas, escolas, e outros espaços, em relação a esse princípio?

A acessibilidade, como tema, passou a ser discutida mais enfaticamente no Brasil a partir de 1998, com o Projeto de Lei 4.767/98 que indicava normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade de pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. Naquele contexto histórico, BRASIL (1998), o termo acessibilidade foi definido:

[...] possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos transportes e dos sistemas e meios de comunicação a portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida.

A palavra acesso traz embutida a ideia de sair de um determinado lugar ou situação e ir para o lugar ou situação diferente da anterior. A palavra acesso parece estar relacionada a “[...] criar condições legais e de direitos igualitários, encerra a busca de algo que discrimina, encerra a necessidade de luta, encerra a movimentação social e legal para garantir direitos” (MANZINI, 2008, p.284).

A acessibilidade se refere às questões concretas relacionadas ao cotidiano. Sendo assim, de que modo as pessoas com deficiências, especialmente, praticam os espaços artísticos e culturais da cidade?

### **Dos diálogos interdisciplinares às práticas sociais possíveis**

Dos diálogos interdisciplinares, ocorridos semanalmente, com as áreas da educação, cultura e saúde, resultaram ações que possibilitaram ampliar e fortalecer as redes inclusivas e as respectivas políticas públicas dessas áreas com vistas à acessibilidade cultural, por meio da arte, como elemento para a inclusão social. Os profissionais envolvidos objetivavam estreitar as ações a partir de ações tecidas intersetorialmente. Para Johnson (2006, p.30) “todas as práticas sociais podem ser examinadas de um ponto de vista cultural, pelo trabalho que elas fazem”.

Nós precisamos saber o que é que oferecemos como ações públicas. Muitas vezes temos, cada um de nós em suas respectivas secretarias, ações para esse público de pessoas. Acaba sendo uma sobreposição de ações para atender ao plano de trabalho da

pasta. Mas não é assim que a coisa deve funcionar. O sujeito, continua sem acessar o que ele quer e mesmo o que de fato deveria ser acessado por ele (*Assistente Social*).

A necessidade de conhecer, por dentro, as políticas desenvolvidas por parte de cada secretaria, era eminente. Constatou-se que em muitas ocasiões a sobreposição de ações, de modo fragmentado, condicionava a ação das secretarias a um investimento absolutamente pontual. Nesse aspecto, a forma de ver o sujeito, de identificá-lo foi trazida à tona:

Cada um de nós olha para esse sujeito a partir de sua área. Na educação, ele é o aluno. Na saúde, ele é o paciente ou o usuário. Na cultura, ele é o público. Quando na verdade ele é um cidadão, um sujeito de direitos. E a sua identidade acaba sendo desenhada de modo fragmentado. Sua identidade se restringe a uma três por quatro. (*Professora*)

Nesse terreno, metaforicamente assumido como *areia movediça*, vale destacar que não é intenção deste trabalho, em função do tempo e do espaço, discutir a questão da diferença e da identidade, também não é possível deixar de falar dela. Nos últimos anos temos observado uma explosão discursiva em torno desse conceito, bem como a sua submissão às mais diversas críticas. Entretanto, não assumir esses sujeitos (pessoas com deficiências, altas habilidades/superdotados, com transtornos globais ou transtornos mentais), nos nossos discursos e práticas, significa negligenciar os seus direitos e perpetuar práticas excludentes.

[...] é precisamente porque as identidades são construídas dentro e não fora do discurso que nós precisamos compreendê-las como produzidas em locais históricos e institucionais específicos, no interior de formações e práticas discursivas específicas, por estratégias e iniciativas específicas (HALL, 2009, p.109).

Em “*Diferentes, desiguais e desconectados: mapas da interculturalidade*” (2009), Canclini retoma e amplia a preocupação antropológica com aquilo que nos diferencia ou homogeneiza; a atenção sociológica dispensada aos temas da desigualdade; e o enfoque dos estudos de comunicação, a partir dos quais se considera como central a conexão, ou a falta de conexão, de cada um de nós às grandes redes que atravessam e constituem o mundo.

A partir desses cruzamentos, conexões ou desconexões, onde estavam as pessoas com deficiências no contexto da Escola que elegemos como cenário para o trabalho? No universo dos 650 alunos matriculados, numa faixa etária de 7 a 70 anos, nenhuma pessoa do nosso público alvo. Invisibilizados os sujeitos? Dessa constatação, o grupo a partir dos diálogos interdisciplinares, propôs a realização da I Mostra Cultura e

Diversidade<sup>4</sup>. O objetivo: potencializar a arte como espaço de desconstrução das fronteiras estabelecidas entre o normal e o ‘anormal’ e potencializar as manifestações artísticas a serem apreciadas e produzidas por aqueles sujeitos.

Na programação da Mostra, constava: roda de conversa “*Cultura, Diversidade e Direitos Humanos*” com Paulo Amarante (FIOCRUZ); apresentação da Banda de Congo da APAE – Cariacica (ES); cortejo com alunos da rede pública municipal participantes do Projeto Integrartes da “Oficina Artes de Vitória”; oficinas com aulas de Teatro, com o Grupo Clã de Teatro; aulas de Dança, com o professor e bailarino Renato Santos; aulas de música com Alexandre Araújo; e o “Palco Aberto” para manifestações artísticas e culturais pelos participantes. Um dos destaques da programação da *I Mostra Cultura e Diversidade*, foi o workshop “*Nada sobre nós sem nós*”, que discutiu ações intersetoriais para o exercício do ano de 2011 com pessoas com deficiências, altas habilidades/superdotados e pessoas com transtornos globais e mentais.

Para Bateson (2008, p.41) “a cultura padroniza instintos e emoções’. Aqui a arte se inscreve como uma espécie de folga, de respiradouro. Não se trata da arteterapia ou do efeito ‘catártico’ que algumas expressões artísticas possibilitam ao artista e ao apreciador da obra. A Arte aqui é assumida como uma espécie de assinatura singular daquele que está inscrito na história e na vida.

[...] a arte já pressupõe um grau mais avançado de conhecimento, um tipo de julgamento universal derivado da experiência acumulada (memória) de uma única atividade produtiva. Neste sentido, a arte é o lugar onde os juízos universais emanam da experiência singular: a arte é uma ciência produtiva, porque é capaz de julgar o caráter unitário de sua atividade produtiva, reproduzindo-se pela tecnologia de sua própria memória universal – enquanto fazer inventivo e repetitivo a um só tempo. A arte é o reino da invenção e da repetição (GALLEFI, 2001, p.65).

Para a produção da Mostra, uma preocupação inicial: de que modo as pessoas com deficiências ou com mobilidade reduzida acessariam o espaço, considerando que sua arquitetura não atendia aos princípios da acessibilidade e do desenho universal?<sup>5</sup> Para isso, a participação de uma arquiteta se fez necessária.

---

<sup>4</sup> A “*I Mostra de Cultura e Diversidade*”, foi realizada na cidade de Vitória (ES) no dia 10 de dezembro de 2010. O cenário escolhido para a realização da atividade foi a Escola de Teatro, Dança e Música FAFI. Participaram 180 (cento e oitenta) pessoas nas mais diversas atividades. Uma ação interdependente entre as Secretarias de Educação, Cultura e Saúde de Vitória. Referências podem ser encontradas por meio do endereço: [www.vitoria.es.gov.br](http://www.vitoria.es.gov.br)

<sup>5</sup> O desenho inclusivo ou universal pode ser conceituado como um conjunto de ideias, procedimentos e práticas geradoras de espaços, ambientes, serviços, produtos e tecnologias acessíveis, utilizáveis de forma igualitária, segura e autônoma por todas as pessoas, na maior extensão possível, independentemente das suas capacidades, habilidades antropométricas, e sem que tenham que ser adaptados ou readaptados especificamente para cada um. O desenho universal representa uma superação da arquitetura dirigida para

precisamos de uma rampa para que as pessoas com deficiências ou mobilidade reduzida tenham como acessar a escola. (*Arquiteta*).

Dada a execução da colocação das rampas, as questões referentes às tecnologias assistivas também se fizeram presentes. Além de sinalizar todo o espaço, a participação de intérpretes de LIBRAS e de um audiodescritor foram fundamentais. A partir dessas ações, construídas intersetorialmente, a audiência do público:

Meu filho, desde criança, frequentou a APAE. Hoje ele é um homem, um adulto de 32 anos. Só fica dentro de casa. Não sei o que fazer, juro que não sei! Bom saber que podem existir momentos e espaços na cidade, como este aqui. (*Mãe de uma pessoa com deficiência intelectual*).

Eu gostei muito dessa ação, espero que tenham outras. Eu nunca tinha entrado neste prédio, nem sabia que era uma Escola! (*Participante com transtorno mental*).

Com esses dados é possível inferir que a acessibilidade se constitui, de fato e de direito, uma questão fundamental para a execução de políticas culturais inclusivas. Para além disso, a manifestação artística desses sujeitos, a partir da diversidade de linguagens, se apresentou como fator relevante:

É a primeira vez que a gente se apresenta na Escola FAFI. Queremos ser convidados de novo para mostrar o que a gente sabe fazer (Bailarinos, *participantes com Síndrome de Down*).

Fazer teatro, sempre gostei. Apresentar foi muito bom. Quero ser ator. (Aluno – ator, *participante com surdez*).

Consideração pertinente diz respeito ao trato profissional com os artistas deficientes. Se a arte, no âmbito social, é uma atividade menos lucrativa, como se dá o trato com o artista, profissional, que é uma pessoa com deficiência?

Gostei de poder tocar e cantar nele. Tomara que no ano que vem tenha outra Mostra e que eu seja convidado para me apresentar, com cachê! (Músico, *participante cego*).

Os dados são convites à reflexão para o poder público no que diz respeito às suas ações voltadas para dinamizar a vida das pessoas com deficiências, altas habilidades/superdotados e com transtornos globais e mentais. Acentuam a necessidade de fortalecimento das redes inclusivas.

### **O que revelaram os profissionais envolvidos na ação intersetorial?**

Qualquer atividade que requeira produção envolve uma série de expectativas. Seja por parte daqueles que planejam, promovem e produzem, seja por parte daqueles que apreciam ou mesmo os que atuam como protagonistas. Uma das perguntas mais

frequentes era: “*quantas pessoas vocês estão esperando para esse evento?*”. O grupo sabia que esperava pela participação do público, mas não tinha a menor ideia acerca do quantitativo dessa população. As ansiedades eram recorrentes: “*e se não vier ninguém?*” Entretanto, os dados revelaram algo diferente disso:

[...] Fiquei surpreso com o número de participantes. Eu tinha muitas expectativas. Fiquei feliz com o evento! (*Psicólogo*).

A ação intersetorial, a partir dos diálogos interdisciplinares, se tornou importante elemento de reflexão para pensar as aprendizagens e a construção do conhecimento por parte desses sujeitos, principalmente para além do espaço da instituição escolar.

Uma atividade dessas potencializa uma questão importante para a educação: todas as pessoas podem aprender e todas elas aprendem independentemente das especificidades que apresentam. (*Pedagoga*).

Uma das preocupações do grupo tinha relação direta com a questão da autonomia e da alteridade das pessoas com deficiências, altas habilidades/superdotadas, com transtornos globais e transtornos mentais. Interessava que elas pudessem assumir os seus protagonismos e perceber que uma ação como essa não se sustentava no princípio da caridade ou mesmo no aspecto emotivo e sensibilizador. Era necessário fazer com que aqueles sujeitos, alvo de nossas ações, se apresentassem como pessoas capazes de manifestar a sua voz.

Eles se colocaram como quem produz cultura e não como quem está passivo diante dela. Foi uma outra lógica! Foi o lado B da história. Isso foi, pra mim, foi o ponto de destaque dessa ação. (*Bailarino*).

Esse conjunto de dados pode ser interpretado a partir da tríade: a expectativa pela participação dos sujeitos, o que nos diz da acessibilidade; a possibilidade de aprendizagens significativas por parte de quaisquer sujeitos, para além do chão e do muro da escola comum; a outra lógica, pessoas com deficiências, altas habilidades/superdotados, com transtornos globais ou mentais não são apenas ‘consumidoras’ mas produtoras de cultura.

[...] eu não sabia que essas pessoas eram capazes de fazer aquelas coisas que elas fizeram no palco aberto: os bailarinos com Down dançando; o músico cego (cantando e tocando), aqueles ‘meio malucos’ fazendo RAP. E os surdos fazendo aquelas cenas? Se eu não soubesse que eram surdos diria que eram como qualquer ouvinte. Eu vivi o que eles apresentaram, eles não precisaram das palavras para falar e nem eu precisei delas para entender o que era dito por eles. (*Auxiliar Administrativo da escola*).

Se a novidade causada pela participação e presença daquelas pessoas no espaço da escola *tocava* os funcionários da instituição, o contrário também era verdadeiro. Os

participantes sinalizavam a satisfação pela presença inédita naquele palco e o desejo por frequentá-lo se manifestava.

Esse movimento fez muito bem à escola, de um modo geral. Considerando que não é uma escola pela qual as pessoas procuram pela obrigatoriedade, mas pelo desejo de investir na Arte, nós precisávamos mesmo entender porque as pessoas com deficiências não estavam aqui. Quem disse que quem não tem perna, quem não tem braço e que quem não enxerga não pode dançar? A História da Arte está recheada de exemplos assim. (*Bailarino*).

Cada um dos sujeitos identificados revela os lugares e espaços a partir dos quais olham e atuam. Seus lugares marcam a convergência das ações inclusivas. Eles estão incluídos numa outra lógica, numa outra possibilidade de construção de políticas públicas.

[...] eu só acho que temos a obrigação de continuar. E olha, não é mesmo uma tarefa fácil. Reunir-nos todas as sextas-feiras ao final da tarde, depois de uma semana de jornada intensa de trabalho [...] e mesmo assim, sempre que eu vinha, vinha muito feliz. (*Professora de Artes*).

Na recente obra “*O feitiço da política pública: escola, sociedade civil e direitos da criança e do adolescente*”, (2009), Estela Scheinvar tece uma discussão em torno da produção das políticas sociais, dos dispositivos por meio dos quais operam e de seus efeitos. Parafrazeando a autora, é possível afirmar que o clamor pela política pública, como caminho para promoção da justiça e alívio do sofrimento da maior parte da população brasileira, é unânime. Nela se depositam os anseios das lutas por transformações, especialmente no campo dos setores chamados “menores” ou “frágeis”.

Aqui se inscreve a questão da inclusão e da acessibilidade cultural. Práticas inclusivas se sustentam nas ações cotidianas, mas precisam estar garantidas de modo enredado nas políticas públicas que regulam as relações sociais. Essas se apresentam como um dos possíveis no percurso que pretende valorizar a diversidade sem, contudo, negligenciar a diferença, a singularidade e a especificidade. A pretensão desta ação foi instigar a dinamização de políticas e poéticas da diferença.

Na obra “*Habitantes de Babel*” (2011), os organizadores, Jorge Larrosa e Carlos Skliar, projetam o conhecimento filosófico e estético de diferentes teóricos para questionamentos atuais e futuros, que se abrem em reflexões sobre as próprias obras.

Em “*Calcanhar de Aquiles*”: *a acessibilidade como desafio para as políticas públicas culturais por meio da Arte*”, a proposta, ainda que mais tímida, se assemelha à proposta de “*Habitantes de Babel*”. Retomando a epígrafe que abre este texto é possível acentuar que, neste momento, as nossas respostas ainda são *suficientemente fracas* para

perguntas *suficientemente fortes*. Isso só acentua a nossa necessidade por diálogos e conversações interdisciplinares em busca do estreitamento das fronteiras presentes na contemporaneidade. Um dos convites que se faz é semelhante ao que Edgar Morin já fizera em “*A religação dos saberes*” (2002): tecer juntos!

### **Referências Bibliográficas**

BRASIL. Projeto de lei 4.767/98. Normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida. 1998.

BATESON, G. **Naven**: um exame dos problemas sugeridos por um retrato compósito da cultura de uma tribo da Nova Guiné, desenhado a partir de três perspectivas. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

CANCLINI, N.G. **Diferentes, desiguais e desconectados**. Rio de Janeiro: UERJ, 2009.

COELHO, T. **A cultura e seu itinerário**. São Paulo: Iluminuras, 2008.

GALEANO, E. **O livro dos abraços**. Porto Alegre: LP&M, 2009.

GALLEFI, D. A. **O ser-sendo da filosofia**. Salvador: EDUFBA, 2001.

HALL, S. Quem precisa de identidade? In: SILVA, T.T. (org.). HALL, S; WOODWARD, K. **Identidade e diferença**: a perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis: Vozes, 2009.

JOHNSON, R. O que é, afinal, Estudos Culturais? In: JOHNSON, R; ESCOSTEGUY, A.C; SCHULMAN, N. **O que é, afinal, Estudos Culturais?** Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

LARROSA, J; SKLIAR, C. (orgs.). **Habitantes de Babel**: políticas e poéticas da diferença. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

MANZINI, E.J. Acessibilidade: um aporte na legislação para o aprofundamento do tema na área da educação. In: BAPTISTA, C.R; CAIADO, K.R.M; JESUS, D.M. (orgs.). **Educação Especial**: diálogo e pluralidade. Porto Alegre: Autêntica, 2008.

MORIN, E. **A cabeça bem feita**: repensar a reforma, reformar o pensamento. 9ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

SCHEINVAR, E. **O feitiço da política pública**: escola, sociedade civil e direitos da criança e do adolescente. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

VEIGA NETO, A. (2003). Cultura, culturas e educação. **Revista Brasileira de Educação**. Nº 23. Maio-agos.,05-15.